

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº ____/2002

(Do Sr. Wellington Dias)

Solicita sejam convidados os Srs. **DEULER ROCHA**, Delegado de Polícia Federal, e **FRANCISCO CARLOS GARISTO**, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a possível prática de crime de prevaricação e ato de improbidade administrativa, consistente no afastamento do Delegado Federal acima mencionado da presidência do inquérito aberto para apurar suspeitas de irregularidades na privatização da Tele Norte Leste (atual **Telemar**).

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelênci, ouvidos os demais membros desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, sejam convidados a comparecer a esta Casa, em reunião de audiência pública a realizar-se imediatamente, os Srs. **DEULER ROCHA**, Delegado de Polícia Federal e **FRANCISCO CARLOS GARISTO**, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a possível prática de crime de prevaricação e ato de improbidade administrativa, consistente no afastamento do Delegado Federal acima mencionado da presidência do inquérito aberto para apurar suspeitas de irregularidades na privatização da Tele Norte Leste (atual Telemar).

JUSTIFICAÇÃO

Conforme noticiado pela imprensa brasileira e, em especial, o Jornal Folha de São Paulo, o Delegado Federal **Deuler Rocha**, sem razão aparente ou interesse público declarado, foi afastado da presidência do inquérito policial aberto para apurar suspeitas de irregularidades na privatização da Tele Norte Leste (atual **Telemar**). O Jornal Folha de São Paulo, um dos veículos de comunicação que deram destaque à denúncia, em sua edição de 14.03.02, p. A6, resume bem a gravidade dos fatos, senão vejamos:

"Delegado do caso Telemar é afastado"

CHICO SANTOS

DA SUCURSAL DO RIO

O delegado federal Deuler da Rocha, que presidia o inquérito aberto para apurar suspeitas de irregularidades na privatização da Tele Norte Leste (atual Telemar), foi afastado ontem da Delecoe (Delegacia de Combate ao Crime Organizados e de Inquéritos Especiais) do Rio. Ele deixou de ser o responsável pela investigação. O inquérito apura suspeitas de corrupção ativa e passiva envolvendo Ricardo Sérgio Oliveira, diretor da Área Internacional do Banco do Brasil na época da privatização do sistema Telebrás, e acionistas da Telemar. A suspeita tem como base acusação feita pelo ex-senador Antonio Carlos Magalhães de que Oliveira teria cobrado propina no valor de R\$ 90 milhões para acertar a participação da Previ (fundo de pensão dos empregados do Banco do Brasil) no consórcio que comprou a Tele Norte Leste. O ex-diretor do Banco do Brasil nega as acusações, que chamou de "mentirosas e descabidas". O inquérito apura a suspeita de que a Previ agiu indevidamente como banco, emprestando dinheiro para que seus parceiros no consórcio pagassem a primeira parcela da compra da telefônica. Segundo o assessor da Superintendência da PF (Polícia Federal) no Rio, Sílvio Pinho, a destituição de Rocha foi "um ato de

rotina" do superintendente Marcelo Itagiba. Pinho disse que a destituição atingiu toda a equipe da Deleco, inclusive o chefe da delegacia, Eduardo da Matta. Procurado pela Folha, o delegado Deuler da Rocha disse ter se surpreendido com a destituição. Ele afirmou que desconhece o motivo da destituição." E ainda " o delegado destituído é especialista em inquéritos envolvendo escândalos financeiros. Foi ele que investigou, por exemplo, Salvatore Cacciola, principal acusado no escândalo do banco Marka, que acabou fugindo para a Itália".

Ao que parece, o Governo atual não está tendo controle dos atos e ações de seus subordinados, ou, o que tem a mesma gravidade, está “prevaricando” ou “praticando” ato de improbidade administrativa, na medida em que está impedindo, ou permitindo que o faça, a investigação de um caso de desvio ou uso irregular de recursos públicos. Em qualquer caso, é preciso que a nação e o Congresso Nacional tenham explicações detalhadas sobre o que está ocorrendo, para que as responsabilidades sejam apuradas e os culpados punidos. É o que esperamos com o convite das autoridades acima.

Sala das Comissões, em 05 de abril de 2002.

WELLINGTON DIAS
Deputado Federal PT/PI